



Abuso fiscal global: escala, causas, e o que podemos fazer

Florencia Lorenzo
Tax Justice Network
23 de Novembro de 2023

Agenda

- Contexto histórico do trabalho da TJN
- O que são fluxos financeiros ilícitos?
- Introdução aos nossos índices
- Escala da injustiça
- O que podemos fazer



1.

Contexto histórico do trabalho da Tax Justice Network

O que está em jogo nos debates sobre tributação internacional?

```
IMPORT * AS CURRENT_STATE
FROM 'TIMELINE'; IMPORT './
MODIFIED_DATA.CSV'; CONST
INEQUALITY=REQUIRE('./
TAX_ABUSE'); FUNCTION
TAX_SYSTEM ( ) {RETURN ( <DIV
COUNTRY_NAME="ANY"> <DIV
TOTAL_TAX_LOSS="HIDDEN">
<IMG SRC= {MONEY_STACK} />
<H1> $$$$$$ </H1> </DIV> <P
PUBLIC_REPORT= "SECRECY">
</P> ) ; } EXPORT CORRUPT
TAX_SYSTEM
```

As regras tributárias internacionais:

- **Definem** as regras de cooperação entre países
- Historicamente ditadas por países ricos
- Resultam numa **cooperação assimétrica e injusta**
- Favorecem os países onde as **multinacionais estão sediadas**

Como o global, o regional e o nacional interagem?



Sistema tributário

internacional

Regras decididas por poucos países

Captura corporativa das normas do sistema

Competição tributária prejudicial

As brechas fiscais e as lacunas de

transparência que facilitam os abusos



Políticas tributárias

internacionais

(ABCDEFG3)

Intercâmbio automático de informações (AEO)

Registo de Beneficiários Finais (BO)

Relatórios país por país (CbCR)

Registo Global de Ativos (GAR)

Tributação unitária com base numa fórmula (UTFA)

Convenção tributária das Nações Unidas



Sistemas tributários

nacionais

Nível de recursos decidido democraticamente (recursos)

Estrutura fiscal (redistribuição)

Outros objetivos da tributação (reprecificação, representação)

Capacidade das autoridades tributária

Legados de um projeto imperial: três fases da lógica extrativa centro-periferia



1. Violência e domínio ostensivo
 1. Ocupação - Escravatura - Extração
 2. **Negação do direito a Estados independentes**
2. Dependência econômica sob independência política
 1. Perante a expropriação por Estados independentes
 2. Convenções assimétricas em matéria de dupla tributação
 3. **Fluxos financeiros ilícitos negam independência dos Estados**
3. Império dos paraísos fiscais
 1. Desde 1950, assistiu-se a uma explosão do sigilo financeiro e dos paraísos fiscais corporativos
 2. **Distribuição desigual do poder de tributação - nivelamento por baixo dos impostos de renda sobre pessoas jurídicas**

Uma história de exclusão na governança global contraposta por ciclos históricos de exigências do Sul Global

1920: A Liga das Nações assume a liderança

Década de 1950:
Dissolução da Comissão Fiscal da ONU e criação do Comité Fiscal da OCDE

Década de 1980:
Consolidação do domínio da OCDE

Anos 2000s:
Financiamento do desenvolvimento

2013-2015:
BEPS

**2022 -
Ontem:**
Convenção Tributária das Nações Unidas

Década de 1940:
Criação das Nações Unidas e do ECOSOC, criação da OECC

Década de 1960-1970:
disputa entre a OCDE e a ONU

Década de 1990: O G7 atribui um papel à OCDE.

2009: O G20 aborda a questão do sigilo financeiro

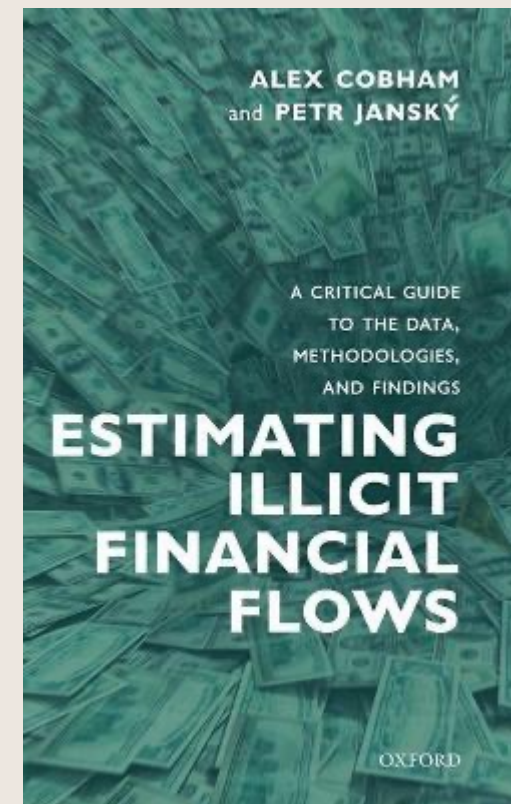
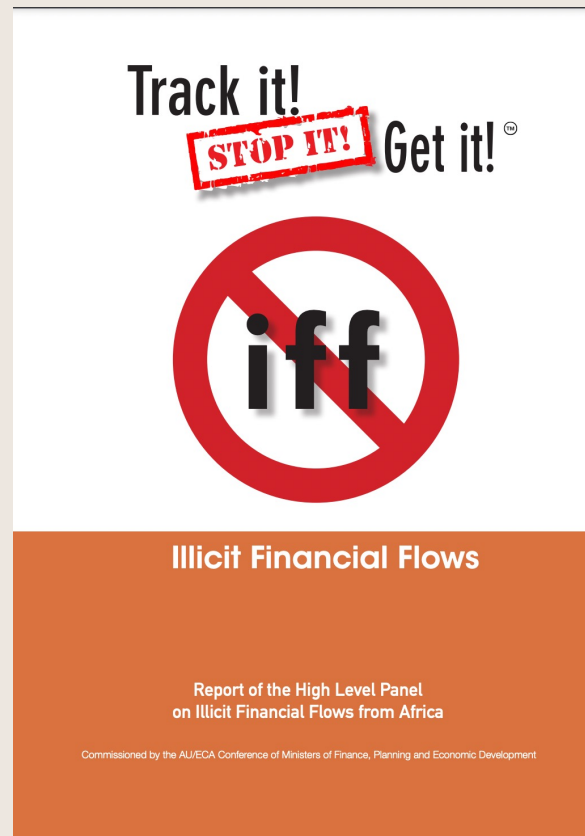
2019- 2021:
Solução de Dois Pilares

2.

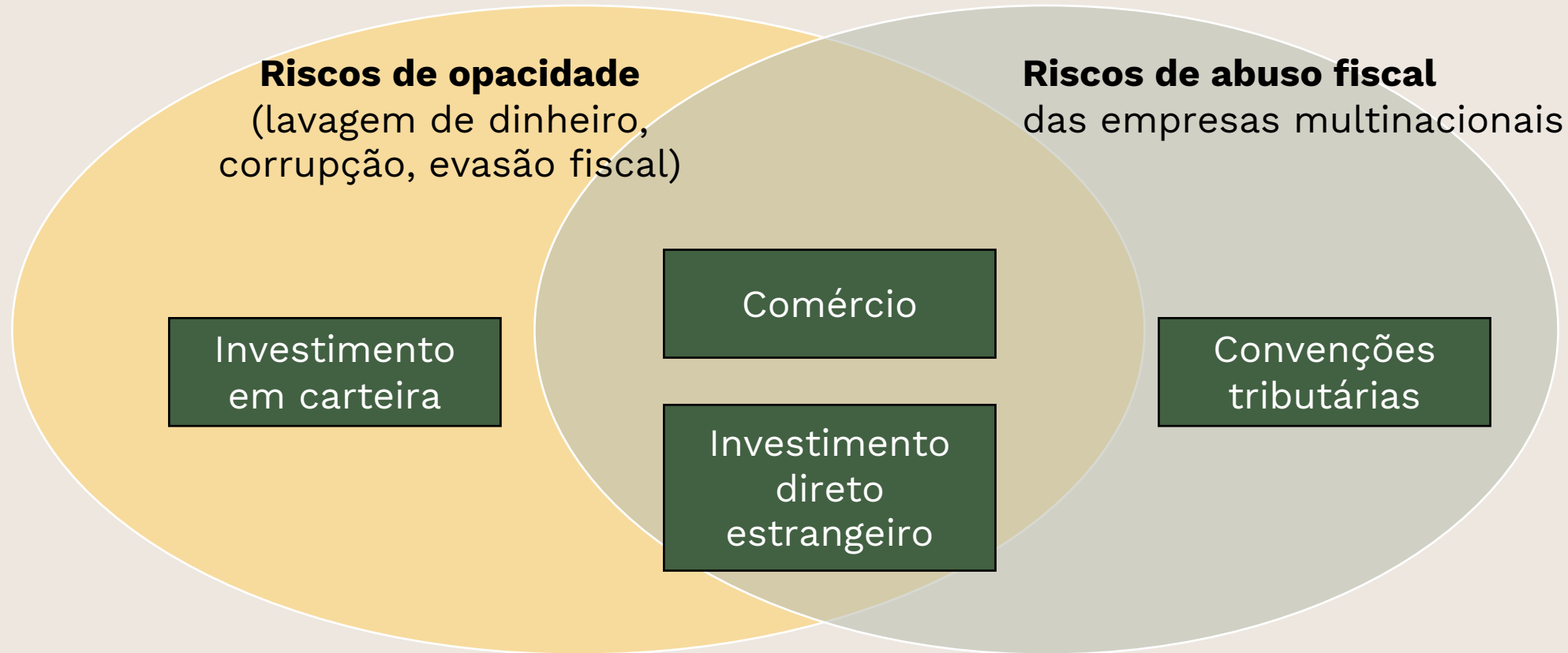
Fluxos financeiros ilícitos

O que são fluxos financeiros ilícitos ?

Os fluxos financeiros ilícitos (IFF) são transferências de dinheiro de um país para outro **que são proibidas por lei, costume ou regulamentação.**



Tipos de risco dos fluxos financeiros ilícitos nos canais econômicos e nos tratados tributários



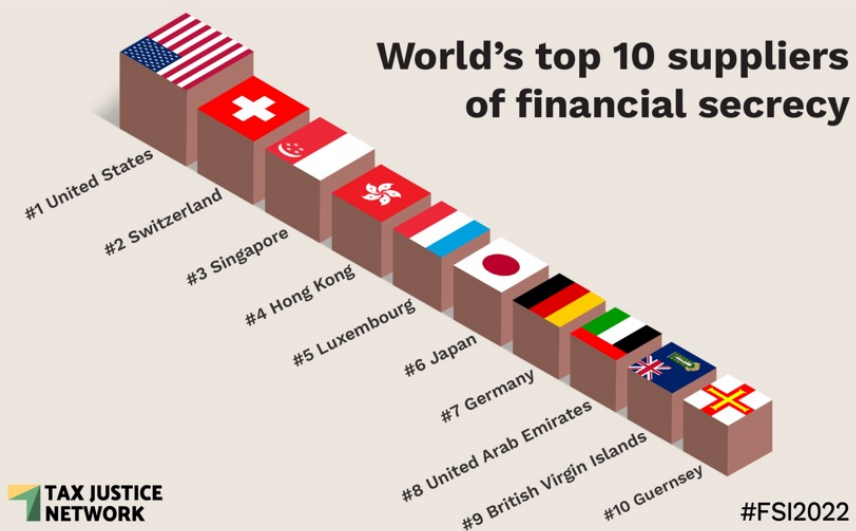
3.

Índices e ferramentas

Os índices

O Índice de Sigilo Financeiro

Desde 2009



Índice de paraísos fiscais de empresas

A partir de 2019

World's **top 10** enablers of global **corporate tax abuse**

1. British Overseas Territory
British Virgin Islands
2. British Overseas Territory
Cayman
3. British Overseas Territory
Bermuda
4. Netherlands
5. Switzerland
6. Luxembourg
7. Hong Kong
8. British Crown Dependency
Jersey
9. Singapore
10. United Arab Emirates

TAX JUSTICE NETWORK

Corporate Tax Haven Index 2021

Como é que funcionam os nossos índices?

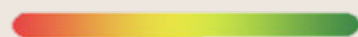
Marcos legais



Grandes brechas = 100

Brechas moderadas

Sem brechas = 0



Pontuação do sigilo ou de paraíso fiscal



Ponderação



Escala de exportação de serviços financeiros ou a atividade das multinacionais



Os grandes centros financeiros com brechas moderadas facilitam mais fluxos financeiros ilícitos do que pequenos centros financeiros com grandes brechas



Análise do Marco Legal -CTHI

LACIT		Brechas e lacunas legais		Transparência		Anti-Elisão		Agressividade dos Acordos de Dupla Tributação	
1	Menor Alíquota de Imposto de Renda Corporativo Disponível	2	Tratamento do Rendimento de Investimentos Estrangeiros	9	Demonstrações financeiras públicas	15	Limites nas deduções por Juros	20	Agressividade dos Acordos de Dupla Tributação
		3	Utilização de Prejuízos	10	Publicação de Declaração País a País	16	Limites nas deduções por Royalties		
		4	Imposto sobre Ganhos de Capital	11	Registro Local da Declaração País a País	17	Limites nas deduções por Pagamentos de Serviços		
		5	Isonções Setoriais	12	Decisões Unilaterais e Contratos de Indústrias Extrativistas	18	Impostos retidos na fonte sobre Dividendos		
		6	Zonas Econômicas e Isonções por período limitado	13	Informe de Esquemas de Planejamento Tributário	19	Regras para Sociedade Estrangeira Controlada (SEC)		
		7	Caixa de Patentes	14	Sigilo nos tribunais tributários				
		8	Dedução de Juros Fictícios						

Análise do Marco Legal - FSI



Registro de propriedade		Transparência da entidade jurídica		Integridade da regulamentação fiscal e financeira		Normas internacionais e cooperação	
1	Sigilo Bancário	6	Publicidade em relação à propriedade das empresas	11	Capacidade de administração tributária	17	Combate à lavagem de dinheiro
2	Registro de Trusts e Fundações	7	Publicidade das informações contábeis das empresas	12	Imposto de renda pessoal consistente	18	Troca automática de informações
3	Registro de Propriedade das Empresas	8	Declarações País-a-País	13	Evita promover a evasão fiscal	19	Intercâmbio de informação prévio requerimento
4	Registro de propriedade de outros bens	9	Transparência em relação aos tributos sobre empresas	14	Sigilo nos tribunais tributários	20	Cooperação jurídica internacional
5	Transparência de sociedades em comandita simples	10	Identificador da entidade jurídica	15	Estruturas legais nocivas		
				16	Estadísticas públicas		

De acordo com a pior brecha & se informação não disponível, assumimos sigilo

Outro mapa de abuso fiscal

Índice de Sigilo Financeiro

Principais fornecedores de sigilo financeiro

Estados Unidos
Suíça
Singapura
Hong Kong
Luxemburgo
Japão
Alemanha
Emirados Árabes Unidos
Ilhas Virgens Britânicas
Guernsey
China
Países Baixos
Reino Unido
Ilhas Caimão
Chipre

Índice de paraísos fiscais corporativos

Os maiores facilitadores do abuso fiscal empresarial

Ilhas Virgens Britânicas
Ilhas Cayman
Bermudas
Países Baixos
Suíça
Luxemburgo
Hong Kong
Jersey
Singapura
Emirados Árabes Unidos
Irlanda
Bahamas
Reino Unido
Chipre
Maurícia
Bélgica



Lista de jurisdições da UE não cooperativas*.

Samoa Americana
Anguila
Bahamas
Ilhas Virgens Britânicas
Costa Rica
Fiji
Guame
Ilhas Marshall
Palau
Panamá
Federação Russa
Samoa
Trinidad e Tobago
Ilhas Turcas e Caicos
Ilhas Virgens Americanas
Vanuatu.

*Dados de fevereiro de 2023

Mais do que um ranking

Metodologia, vigílias de investigação, etc.

Perfil pormenorizado do país

KFSI 9: CORPORATE TAX DISCLOSURE

secrecy score for this indicator. Table 9.1 below summarises the applicable assessment components.

Table 9.1: Applicable Scoring Logic - Key Financial Secrecy Indicator 9

Substantial extractive sector?	Components for Assessment
No	Components 1 and 2 only are considered, and each component contributes 50% each to secrecy score.
Yes	Components 1, 2 and 3 are all considered. The overall secrecy score is based on 50% of component 1 and 25% of both components 2 and 3.

The secrecy scoring matrix is shown in Table 9.2 below, with full details of the assessment logic given in Table 9.3.

Table 9.2: Secrecy Scoring Matrix KFSI 9

Regulation	Secrecy Score Assessment [Secrecy Score: 100 points = full secrecy; 0 points = full transparency]
Component 1: Local filing of country by country reports (50 points)	
Access to country by country reports is not assured	50
The jurisdiction abides by the OECD legal Framework and requires local filing of the country by country reports only when authorised by the OECD, if local filing is required at all, or unknown.	
Access to country by country reports is assured (commercial/legal filers)	0
The jurisdiction goes beyond the legal framework proposed by the OECD and requires local filing of the country by country reports (by the local subsidiary or branch of a foreign multinational enterprise), whenever the jurisdiction cannot obtain it through the automatic exchange of information.	

2020 Tax Justice Network

KFSI 9: CORPORATE TAX DISCLOSURE

Results Overview

Figure 9.2: Corporate Tax Disclosure - Secrecy Score Overview

Figure 9.3: Component 1: Overview of local filing of Country-by-Country Reports

2020 Tax Justice Network

KFSI 9: CORPORATE TAX DISCLOSURE

Table 9.3: Assessment Logic

Info_ID	Text_Info_ID	Answers (Codes applicable for all questions: -2: Unknown; -3: Not Applicable)	Valuation Secrecy Score
419	Country by country report: Is there a local filing requirement of a global country by country reporting file (according to OECD's BEPS Action 13) by large corporate groups (with a worldwide turnover higher than 750 million Euro) and local subsidiaries of foreign groups?	0: No; 1: OECD Legislation: Secondary mechanism is subject to restrictions imposed by OECD model legislation; or no secondary mechanism at all (only the domestic ultimate parent entity has to file the country by country report); 2: Beyond OECD Legislation: Secondary mechanism is not subject to restrictions imposed by OECD model legislation: any domestic subsidiary of a group would have to file the country by country report in all cases in which the jurisdiction cannot obtain the country by country report via automatic exchange of information.	If answer is 2: 0 points; otherwise 50 points.
363	Tax Rulings: Are unilateral cross-border tax rulings (e.g. advance tax rulings, advance tax decisions) available in laws or regulations, or in administrative practice?	0: No; 1: Yes	If components 2 and 3 are assessed (otherwise the scores are doubled here): ID363=1 & ID421=0: 25 points
421	Tax Rulings: Are all unilateral cross-border tax rulings (e.g. advance tax rulings, advance tax decisions) BUT ANONYMOUS: all unilateral cross-border tax rulings are published online for free but without the name of the taxpayer concerned; 4: ALL	0: No; 1: SOME FOR FREE: Some unilateral cross-border tax rulings are published online for free; 2: MOST: Unilateral cross-border tax rulings are published online only against a cost (irrespective of if all or only some are available online); 3: ALL FOR FREE published online for free, either anonymised or	ID363=1 & ID421=2 Or ID363=1 & ID421=1: 18.75 points ID363=1 & ID421=3: 12.5 points ID363=1 & ID421=4: 0 points

2020 Tax Justice Network

United States

Rank: #1

① FSI Value: 1,951

A measure of how much financial secrecy the jurisdiction supplies, resulting from the combination of the jurisdictions' Secrecy Score and Global Scale Weight.

② Secrecy Score

67 / 100

How much scope for financial secrecy the jurisdiction's legal and financial systems allow. 0 means no scope, 100 means unrestrained scope.

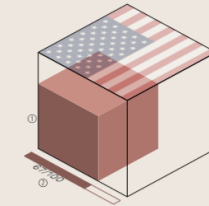
③ Global Scale Weight

30%

How much in financial services the jurisdiction provides to residents of other countries. This is presented as a percentage of all financial services globally provided by all jurisdictions to non-residents.

FSI Share: 6%

United States supplies 6% of the w



Secrecy Score breakdown

67.4

Knowledge of beneficial ownership

Secrecy Indicator 1: Banking Secrecy -

31

This indicator assesses whether a jurisdiction provides banking secrecy by measuring three important areas: the scope and breadth of information banks must collect and report, how accessible the data is for competent authorities, and whether there are consequences such as prison terms or fines for breaching banking secrecy.

Secrecy Indicator 2: Trust and Foundations Register

100

This indicator looks at the extent to which a jurisdiction records and publishes details about the various parties to trusts and/or private foundations in a central register on the internet.

Secrecy Indicator 3: Recorded Company Ownership

75

This indicator assesses whether a jurisdiction requires all companies with limited liability to submit legal and/or beneficial ownership information upon incorporation to the relevant government authority, and to keep it updated.

Secrecy Indicator 4: Other Wealth Ownership

100

This indicator assesses whether a jurisdiction publishes beneficial and/or legal ownership information of real estate assets online; whether it offers and promotes freeports – or similar sites such as bonded warehouses – for storing valuable assets; and whether it requires the registration and cross-border automatic exchange of the identities of legal and/or beneficial owners of the stored valuable assets.

Secrecy Indicator 5: Limited Partnership Transparency

100

This indicator assesses the transparency of partnerships with limited liability by measuring

Explicações e referências

Notes:

- In the United States, not only there is not central registry at the federal level, but there are also States with their own registries. There is no single registry with centralized data. This is the case of Delaware, where three Counties have their own registries, or Nebraska, where each of the 93 Counties has its own deeds registry.

Sources:

- Nebraska Deeds Online, 2021.
- Kent County - GIS MAP, 2021.
- Delaware Land Records, 2021.

<https://fsi.taxjustice.net/en/>

Panorama do país

PERFILES POR PAÍS

Colombia

2022

Colombia

Clasificación: #108

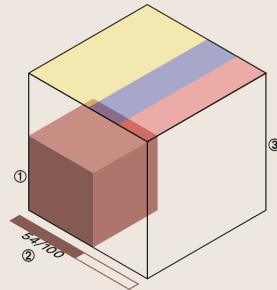
① Valor de FSI: 88

Una medida del grado de secreto financiero que proporciona la jurisdicción. Se extrae de la combinación del puntaje de opacidad de las jurisdicciones y el peso de la escala mundial.

② Puntaje de opacidad

54 / 100

Qué margen permiten los sistemas jurídicos y financieros de una jurisdicción para el secreto financiero. 0 significa ningún margen y 100 significa margen ilimitado.



A) Registro de la titularidad

Indicador de secreto 1: Secreto bancario -

46

Este indicador evalúa si una jurisdicción facilita el secreto financiero. Mide tres áreas importantes: el alcance y la extensión de la información que los bancos deben recopilar y declarar, el grado de accesibilidad de los datos para las autoridades competentes y si hay consecuencias (como penas de prisión) por la violación del secreto bancario.

Indicador de secreto 2: Registro de fideicomisos y fundaciones -

25

Este indicador mide si los fideicomisos y las fundaciones privadas están disponibles como estructura jurídica en esta jurisdicción, el alcance, la extensión y la exactitud de la información del registro que se les requiere a los fideicomisos y las fundaciones privadas; además de la disponibilidad de esta información en registros centrales en línea.

Indicador de secreto 3: Registro de la titularidad y beneficiarios finales de las sociedades de capital

0

Exemplo: capacidade da administração tributária

C) Integridad de la normativa fiscal y financiera

Indicador de secreto 11: Recursos de la administración tributaria ▾

 63

Este indicador evalúa la capacidad organizativa, los requisitos previos al procesamiento de datos informativos y la disponibilidad de las normas para la recopilación específica de inteligencia sobre actividades de elusión fiscal complejas y arriesgadas.

ID 317 — Unidad de situación de contribuyente de gran volumen ▾

Pregunta: Does the tax administration operate one central unit for large taxpayers (large taxpayers unit)?

Respuesta: Yes

Notas:

- According to the most recent OECD Tax Administration Report, Colombia's tax administration operates one central unit for large taxpayers (OECD Tax Administration 2021).

Fuentes:

- OECD Tax Administration 2021

ID 400 — Unidad individual de alto patrimonio ▾

ID 401 — Número de identificación fiscal individual ▾

ID 402 — Número de identificación fiscal corporativo ▾

ID 403 — Regímenes tributarios, contribuyentes ▾

Como melhorar o marco legal ?



Como melhorar o marco legal ?

2.1	Main changes 2020-2022	8
2.1.1	Jurisdictions covered	8
2.1.2	Secrecy Indicators (SI)	9
2.1.3	Systematic verification of interactions within and across indicators	13
2.2	Underlying data and procedural issues	16
2.3	Guiding methodological principles	18
2.4	Secrecy score	19
The 20 Secrecy Indicators 2022		20
3.1	Secrecy Indicator 1: Banking secrecy	22
3.1.1	What is measured?	22
3.1.2	Why is this important?	25
3.2	Secrecy Indicator 2: Trust and foundations register	28
3.2.1	What is measured?	28
3.2.2	Why is this important?	33
3.3	Secrecy Indicator 3: Recorded company ownership	39
3.3.1	What is measured?	39
3.3.2	Why is this important?	43
3.4	Secrecy Indicator 4: Other wealth ownership	50
3.4.1	What is measured?	50
3.4.2	Why is this important?	56
3.5	Secrecy Indicator 5: Limited partnership transparency	67
3.5.1	What is measured?	67
3.5.2	Why is this important?	
3.6	Secrecy Indicator 6: Transparency of companies	
3.6.1	What is measured?	
3.6.2	Why is this important?	81
3.7	Secrecy Indicator 7: Public company accounts	89
3.7.1	What is measured?	89
3.7.2	Why is this important?	91
3.8	Secrecy Indicator 8: Public country by country reporting	93



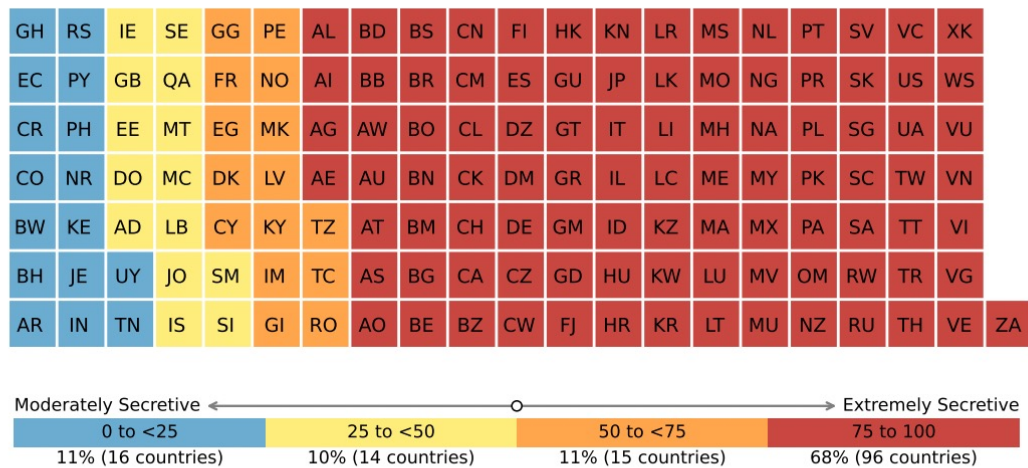
Table 3.8. Secrecy Scoring Matrix: Secrecy Indicator 3

	Regulation [Secrecy Score: 100 points = full secrecy; 0 points = full transparency]	Legal Ownership	
	Incomplete LO Secrecy score if not all legal owners are recorded for all types of limited companies and updated	Complete LO Secrecy score if for all companies all legal owners are recorded and updated (no bearer shares)	
Beneficial Ownership (BO)	Incomplete BO Complete and updated beneficial ownership information is not always recorded, or unknown	100	90
	Complete BO @>25% Complete and updated beneficial ownership information is always recorded at a threshold of more than 25% (no bearer share risk)	75	65
	Complete BO @>10-25% Complete and updated beneficial ownership information is always recorded at a threshold of more than 10% up to 25% (no bearer share risk)	50	40
	Complete BO @>0-10% Complete and updated beneficial ownership information is always recorded at a threshold of more than 0% up to 10% (no bearer share risk)	25	15
	Complete BO @1 share% Complete and updated beneficial ownership information is always recorded for any share/influence (no bearer share risk).		0
	Senior Manager not as BO If there is a beneficial ownership registration law but no real BO was identified (eg no individual passed the applicable thresholds), the "senior manager" is not registered as if it was a real BO. Rather, the senior manager, if registered at all, is registered as a senior manager. If, however, there is no beneficial ownership registration, then the "senior manager clause is not considered.		25

Aprender com os países mais transparentes

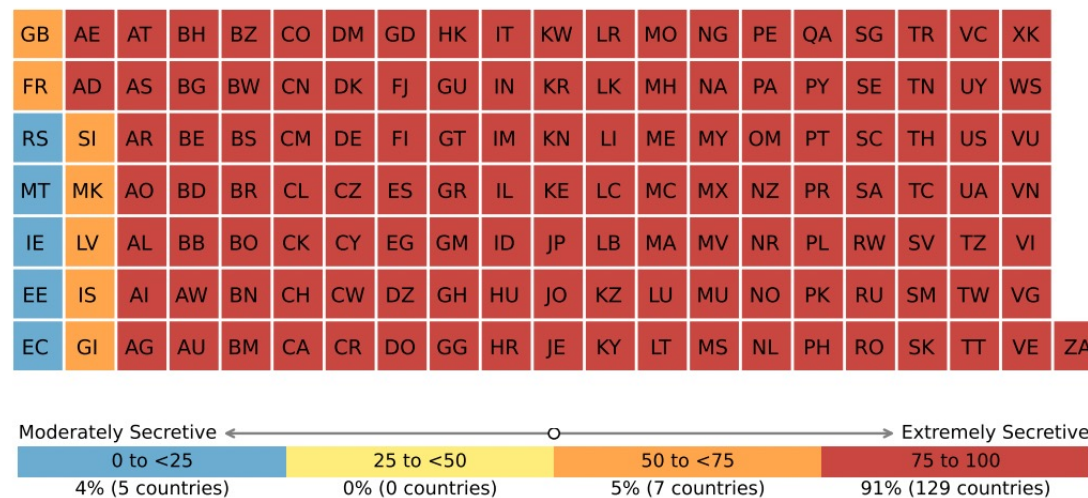
Results Overview

Figure 1. Recorded Company Ownership: Secrecy Score Overview



Results Overview

Figure 1. Transparency of Company Ownership: Secrecy Score Overview



Rastreador FFI

Channel:

Exports: Total ▾

Variable:

VULN INT EXP

Score Type:

SECURITY SCORE HAVEN SCORE

Year:

2018 ▾



Partner Country Vulnerability share | Secrecy Score

1.	United States of America	38%	63
2.	China	13%	60
3.	Panama	12%	72
4.	Ecuador	5%	47
5.	Mexico	5%	53
6.	Brazil	4%	52
7.	Netherlands	4%	67
8.	Peru	3%	57
9.	Spain	3%	44
10.	Bahamas	1%	75



4.

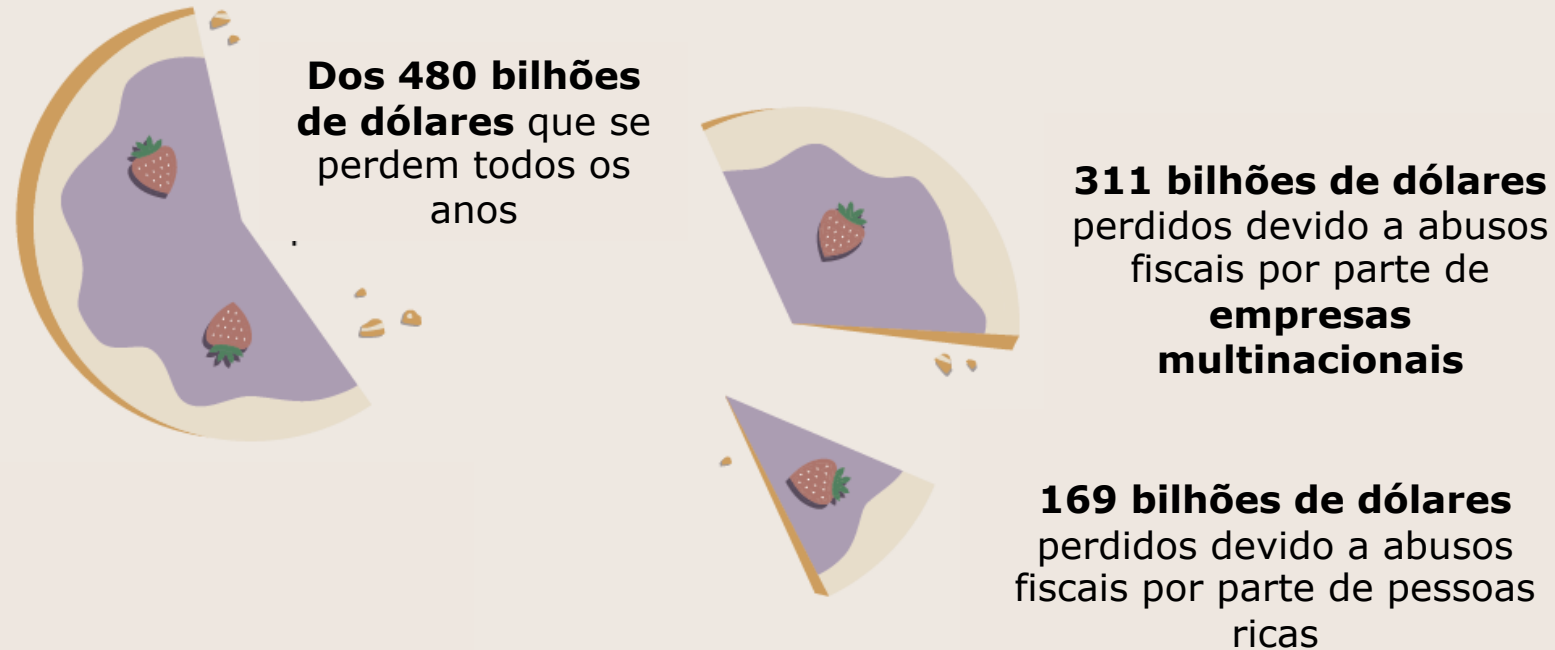
**Escala e o que
podemos fazer**



USD \$480 000 000 000

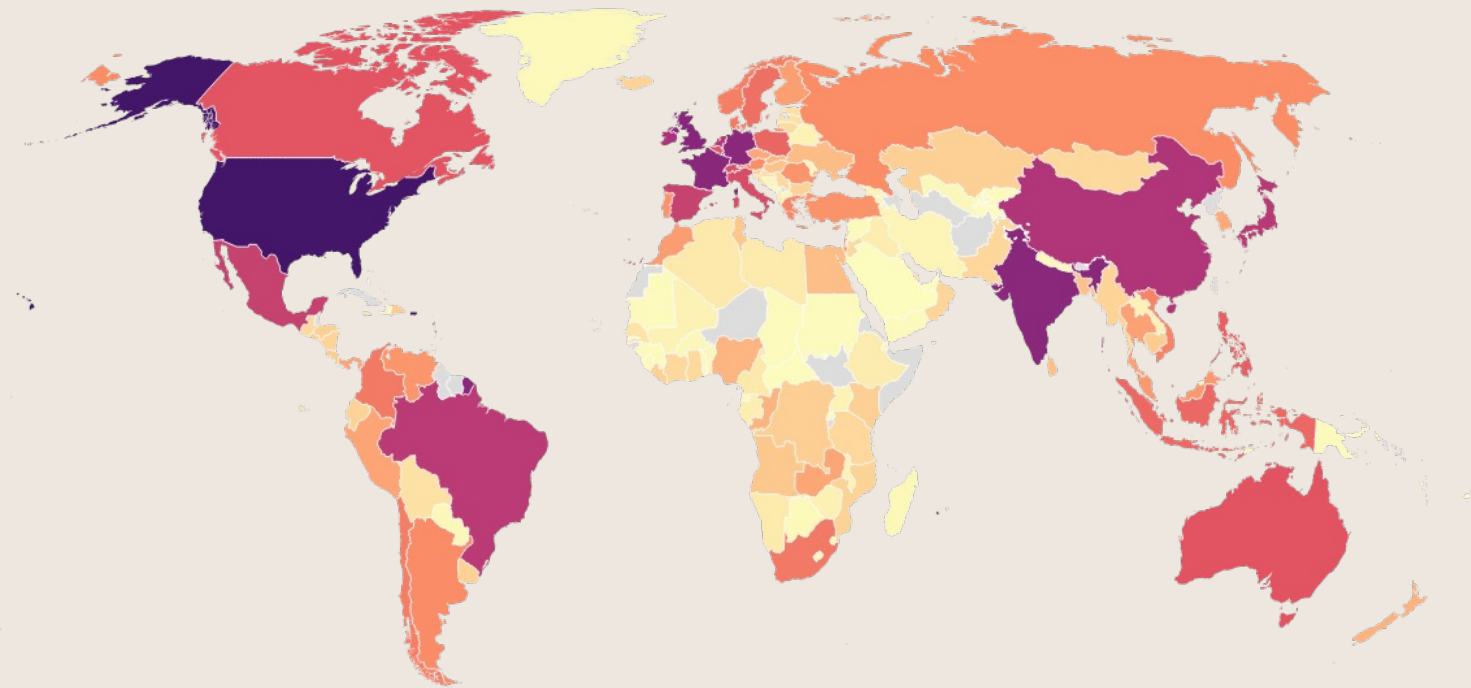
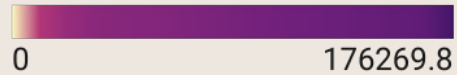
se perdem todos os anos devido a abusos fiscais

Como se distribuem as perdas



Os países com rendas altas perdem mais em termos absolutos

Total money lost to tax abuse

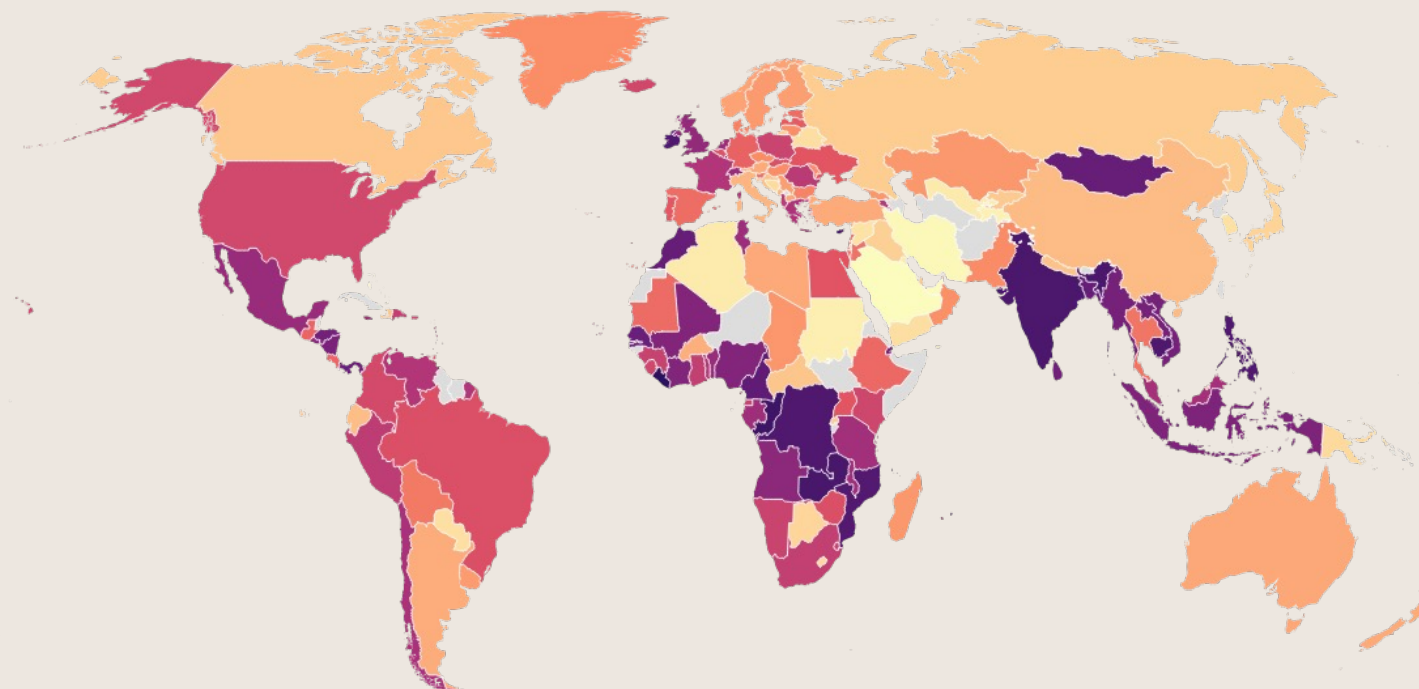


Países de renda alta:
433 bilhões de dólares

Países de renda baixa:
47 bilhões de dólares

Os países com renda baixa perdem uma parte maior do que têm para gastar.

Money lost as % of public health spending

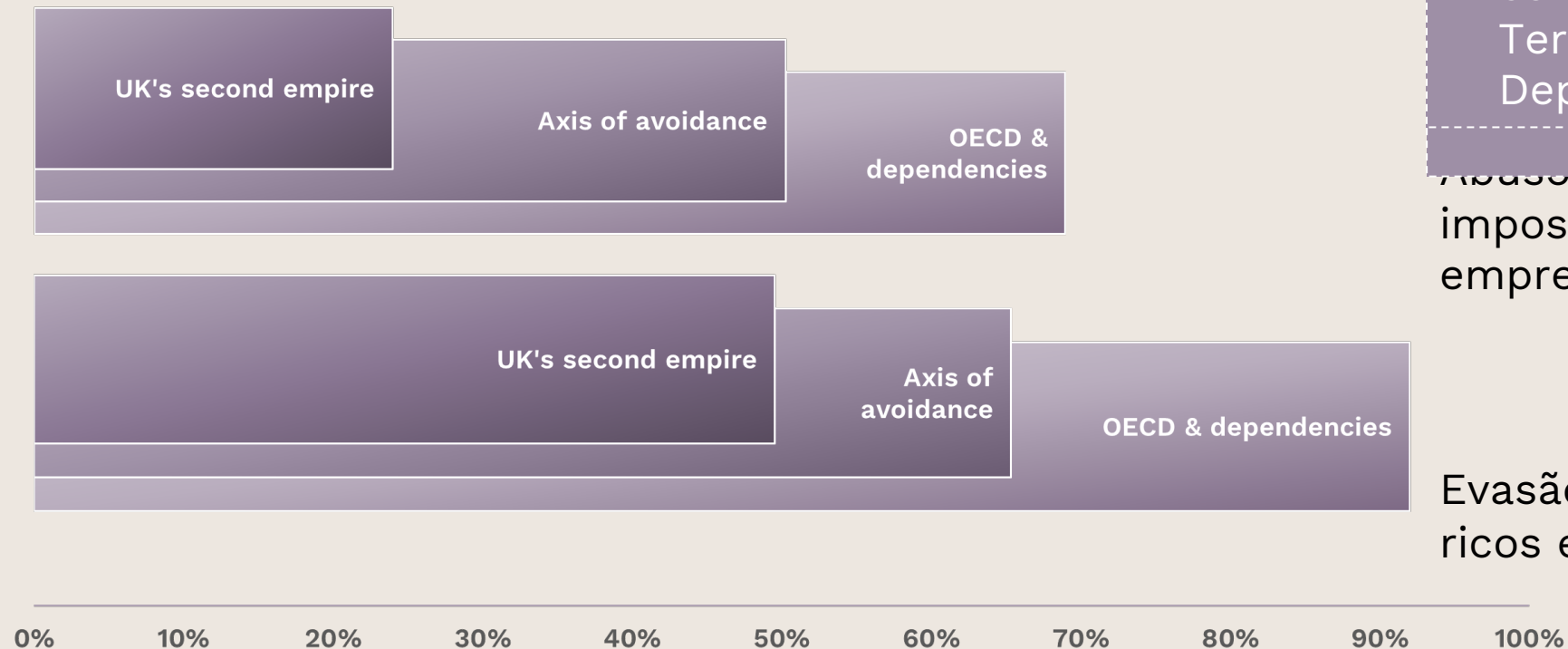


Países de alta renda :
9% das despesas de saúde

Países de baixa renda:
49% das despesas de saúde

Os países ricos são responsáveis pela maior parte das perdas.

Parte das perdas fiscais infligidas a nível mundial



Eixo de evasão:

O segundo império do Reino Unido:

- Reino Unido, juntamente com a sua rede de Territórios Ultramarinos e Dependências da Coroa

Abuso transfronteiriço do imposto de renda de empresas multinacionais

Evasão fiscal por indivíduos ricos em paraísos fiscais

O que podemos fazer: o ABCDEFG₃ da justiça fiscal

ABC da transparência fiscal

- Intercâmbio automático de informações sobre contas bancárias
- Transparência de beneficiários finais de todas as entidades jurídicas
- Relatórios públicos país por país

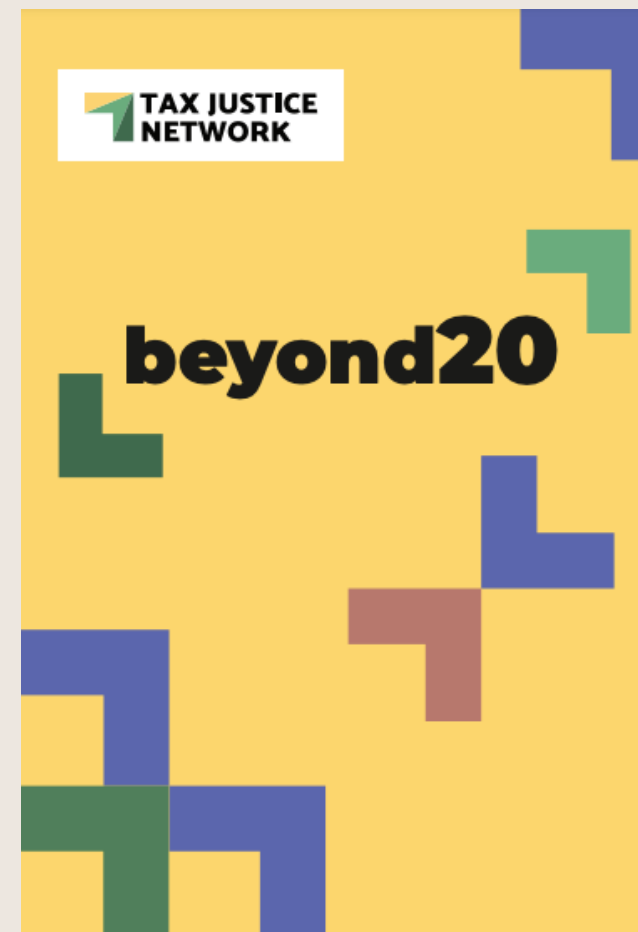
DE de medidas nacionais

- Divulgação de dados públicos
- *Enforcement*

FG₂ de elementos internacionais:

- Tributação unitária com repartição baseada em fórmulas
- Reformas da governança
- Registro global de ativos


Impostos progressivos





Obrigada !

florencia@taxjustice.net

Tax Justice Network,
C/O Godfrey Wilson Ltd, 5th Floor Mariner House, 62 Prince Street,
Bristol, England, BS1 4QD, Registered in England and Wales, No. 05327824

 www.taxjustice.net

 @taxjusticenet

 info@taxjustice.net